

A bem-vinda revisão do método de cálculo da energia elétrica

STREET, Alexandre. *“A bem-vinda revisão do método de cálculo da energia elétrica”*. *Valor Econômico*. São Paulo, 1º de setembro de 2016.

A principal qualidade que ficou esquecida nesses últimos anos no setor elétrico, e cuja ausência produziu grande parte dos problemas que acumulamos hoje, é coerência. A falta de coerência traz diversos efeitos colaterais conhecidos do setor: ineficiência, judicialização e corrupção. Esses efeitos, que reduzem a atratividade do setor ao capital privado e sua sustentabilidade de longo prazo, podem ser mitigados através da busca pela perda de coerência entre o planejamento da operação e a realidade.

Na última ata do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o governo apontou para a necessidade de se rever as metodologias de despacho e formação de preço, de forma a permitir mais transparência e eficiência ao mercado de energia elétrica. A revisão sinalizada pelo governo é bem-vinda e, se bem feita, será benéfica ao mercado. Mas o tema é complexo e deveria envolver uma ampla discussão técnica.

Precisamos resgatar a coerência e introduzir robustez regulatória nas metodologias. Para que essa revisão não seja apenas mais uma mudança regulatória - que só introduz ruído no planejamento de todos os agentes, criando assim mais incoerência - é preciso repensar a estrutura institucional de quem é responsável pelos modelos e introduzir algum processo de controle e auditoria dos dados.

Mas não podemos cair no erro da burocracia e do controle centralizado ineficiente. Precisamos encontrar um desenho que conduza individualmente todos os agentes, da geração ao consumidor, do operador do sistema ao operador do mercado, à eficiência e consistência. Os agentes têm que ser incentivados a investir em tecnologia para medir e prever melhor os seus próprios dados. O operador tem que ser induzido a selecionar o melhor modelo e ser consistente com o mesmo.

Atualmente, estamos ancorados em um desenho regulatório antigo, pouco ágil e não indutor de eficiência e coerência, onde o Cepel (Centro de Pesquisa de Energia Elétrica), entidade ligada ao grupo Eletrobras e independente do ONS (operador nacional do sistema), é o único provedor e mantenedor da cadeia de modelos que tanto o operador do sistema como do mercado devem utilizar.

Muitos desenhos podem ser pensados: de um desenho "open source" (onde o código dos modelos é aberto e recebe contribuições periódicas) a uma reorganização hierárquica institucional e de responsabilidades completa. Assim, essa revisão deve ser ampla, deve envolver os agentes, universidades (do Brasil e de fora - sim, temos muito a aprender com pesquisadores estrangeiros) e o governo. Precisamos formar um grupo de trabalho para testar as ideias e os seus impactos por meio de estudos de simulação para toda a cadeia. Precisamos encontrar a estrutura institucional indutora de coerência. E isso não é coisa para quatro meses, mas também não pode passar muito de um ano.

Nossos últimos estudos sobre o impacto da inconsistência entre a operação planejada e a efetivamente realizada, decorrentes de simplificações dos modelos, mostram resultados que corroboram a alta relevância deste tema e o grande impacto em termos de sobrecurso. Grande parte dos problemas que conhecemos hoje são amplificados por esse tipo de inconsistência e de imprecisões nos dados de entrada.

Por exemplo: grande parte da volatilidade do PLD (Preço da Liquidação das Diferenças, que é o preço de curto prazo da energia), que tanto assombra os agentes do setor, pode ser explicada por esse processo. Quando planejamos o estoque de água considerando um modelo simplificado do sistema - que, por exemplo, ignora restrições de transmissão, restrições individuais dos reservatórios, não linearidade na eficiência das hidros e desconsidera o critério de segurança e alocação das reservas que são de fato realizados - criamos dentro do modelo uma visão de futuro que é, em geral, otimista. Assim, o estoque de água estará sempre despreparado para situações de estresse. Como consequência, o sistema fica gradativamente vulnerável e o modelo de curto prazo fica, na maior parte do tempo, levando um susto com a realidade não percebida construída pelo modelo de longo prazo.

O susto do modelo de operação é traduzido pelos altos picos de PLD que sinalizam a escassez de recursos. Mas podemos acrescentar no conjunto de fontes de inconsistência as incertezas clássicas não modeladas, como a variabilidade da carga e dos custos de combustível, e imprecisões nos dados de entrada, como o cronograma de entrada em operação. Esses geram efeitos bastante similares, pois, novamente: a operação planejada se distancia da realizada.

O modelo de operação, no nosso atual desenho setorial, é a pedra fundamental, influenciando do PLD ao cálculo de garantias físicas e parâmetros que definem a competitividade das diferentes tecnologias nos leilões de novos empreendimentos de geração. Portanto, o modelo de operação influencia direta ou indiretamente toda a cadeia do setor elétrico, inclusive a própria atratividade do setor ao capital privado. Assim, antes de calibrar os parâmetros de aversão a risco do atual modelo computacional, devemos rever como estamos calculando o futuro dentro dele, para não cairmos na armadilha de calibrarmos parâmetros de aversão a um risco imaginário, que não será o que vamos enfrentar.

Aumentar a aderência dos modelos à realidade eleva a transparência e a credibilidade das entidades do setor, minimizando pleitos judiciais e aumentando a previsibilidade dos preços de energia no curto e longo prazo. Uma maior previsibilidade dos preços, por sua vez, beneficia todos os agentes e investidores que fazem o seu dever de casa e repele aqueles que buscam ganhos somente por meio da antecipação das medidas regulatórias paliativas que a Aneel, CCEE e ONS são obrigados a tomar para corrigir as distorções criadas pela falta de coerência.

Alexandre Street é professor do Departamento de Energia Elétrica (DEE) da PUC-Rio